

# Missão volta aos EUA para negociar

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e o diretor da área externa do Banco Central, Arnim Lore, embarcam hoje para Nova York onde participam, amanhã, de uma reunião com o comitê de assessoramento da dívida externa brasileira, o comitê de bancos credores.

Nessa primeira conversa frente a frente após a centralização cambial no Banco Central, a missão brasileira reportará aos bancos credores internacionais os resultados gerados pelo atraso dos pagamentos externos e tentará desenhar, em comum acordo com os credores, os próximos passos a serem dados pelo governo brasileiro na área da redução do estoque da dívida externa, tendo como pano de fundo dois cenários básicos: havendo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird), iniciariam a exploração de alternativas de redução da dívida no âmbito do Plano Brady; e, diante da inexistência de acordo com o FMI, buscar-se-ão medidas através do próprio mercado, dentre elas a emissão de novos bônus de saída — "exitbonds" —, não necessariamente igual aos que foram contratados em 1988, num montante superior a US\$ 1 bilhão.

"Vamos explorar uma série de alternativas que existem, via mercado, para redução de dívida. Uma delas é o lançamento de novos 'exitbonds'. Podemos analisar possibilidades de operações de redução de dívida através do mercado, seja com todos os bancos credores ou apenas com um grupo de bancos", disse Sérgio Amaral, assinalando que esta conversa com o comitê ainda não será um contato de negociação. "Pode haver uma discussão ainda preliminar sobre essas questões. Mas vamos, principalmente, avaliar rumos", reforçou. Ele deixou claro, porém, que dificilmente seriam operações capazes de produzir impactos sobre o montante dos juros a serem pagos aos bancos internacionais em setembro, que soma algo próximo a US\$ 2,3 bilhões.

O outro cenário — de buscar alternativas dentro de o Plano Brady — depende de um acordo com o Fundo Monetário Internacional, que junto com o Banco Mundial compareceria com recursos para alavancar as operações de redução de dívida.

Este é bem mais complexo. Amaral disse que "há uma boa possibilidade e uma boa disposição do Fundo Monetário em examinar, conosco, a montagem de um acordo de transição". Isso significaria desconsiderar o acordo "stand-by", firmado no

ano passado com duração para este ano, e construir um novo acordo de seis meses, mesmo que "stand-by", com menor desembolso de recursos do FMI, mas que abriria os canais para o ingresso de cerca de US\$ 3 bilhões entre empréstimos do Banco Mundial, bancos privados e governo japonês.

Na hipótese otimista de se

chegar a um acordo com o FMI que sustente alguma operação de redução de dívida no bojo do Plano Brady, e também explorar operações de mercado, haveria condições para uma redução de até 10% do estoque da dívida externa brasileira ainda neste governo. Não há compromisso com esse percentual, mas ele foi citado como parâmetro pelo

embaixador do Brasil nos EUA, Marcílio Marques Moreira, durante a passagem do embaixador por Brasília, há alguns dias.

Amaral garante que não há qualquer restrição por parte de países industrializados quanto à participação do Brasil no Plano Brady na gestão do governo Sarney. "O que existe é uma dificuldade objetiva", sustenta

ele, referindo-se ao fato do Plano Brady envolver um programa de médio prazo com o FMI, impossível de se imaginar em final de gestão do governo Sarney. Isso não impediria, porém, a montagem de operações via mercado ou mesmo uma operação-piloto nas condições do Plano Brady, com apoio do FMI e do Banco Mundial.